

## REPRESENTAÇÕES LITERÁRIAS DE GÊNERO EM INFÂNCIA E VIVA O POVO BRASILEIRO: reflexões sobre o feminino e o masculino

Katrícia Costa Silva Soares de Souza Aguiar<sup>1</sup>  
Poliane de Oliveira Soares<sup>2</sup>

### RESUMO

O presente trabalho busca investigar a representação do feminino nas obras *Infância* (1945), de Graciliano Ramos, e *Viva o povo brasileiro* (1984), de João Ubaldo Ribeiro. Nesses enredos, estão, respectivamente, Mocinha e Maria da Fé, que embora não sejam as protagonistas das narrativas, em determinados momentos dos romances, ganham destaque. Através dessas personagens, é possível perceber diferentes representações do feminino. Nesse sentido, entre outros elementos, ambas têm suas trajetórias marcadas pelo fato de serem filhas bastardas rejeitadas pela figura paterna; As duas jovens, em certo período da vida, se vêem sozinhas e subjugadas por uma sociedade patriarcal e falocêntrica, mas resolvem dar um basta nessa situação, construindo suas próprias histórias e fazendo suas próprias escolhas. Enfim, cada uma ao seu modo, se mostra revolucionária, rompendo com as determinações impostas por essa sociedade.

**Palavras-chave:** Infância; Viva o povo brasileiro; Feminino; Masculino; Sociedade.

### INTRODUÇÃO

Por muito tempo, as mulheres estiveram à margem da cultura falocêntrica, vivendo um longo período sob a opressão sexista. Dessa época até os dias atuais, a sociedade vem passando por significativas mudanças no que diz respeito ao espaço da mulher, a sua visão sobre si mesma e a visão do homem sobre ela. Poderia se dizer, então, que a questão de gênero está resolvida, que hoje a mulher é independente, e, portanto, a igualdade de gênero já foi alcançada, fazendo da dominação masculina e do patriarcado realidades anteriores, ultrapassadas e vencidas.

No entanto, percebe-se que assim como o mito da democracia racial brasileira – a partir do qual o preconceito continua presente, porém de forma velada e pouco problematizada –, a ideia de que a igualdade de gênero já se estabeleceu é um equívoco. Haja vista, por exemplo, a polêmica criada em torno de umas das maiores provas de seleção da educação brasileira, o Exame Nacional de Ensino Médio (ENEM), no ano de 2015, que pôs em discussão, não só na redação, mas também

---

<sup>1</sup>Mestranda em Letras – Estudos Literários, pela Universidade Federal de Viçosa-UFV. Bolsista Capes. Graduada em Letras Língua Portuguesa e suas Literaturas pela Universidade do Estado da Bahia – UNEB.

<sup>2</sup> Pós-graduanda *lato sensu* em Literatura Brasileira pela Universidade do Estado da Bahia – UNEB. Graduada em Letras Língua Portuguesa e suas Literaturas pela Universidade do Estado da Bahia – UNEB.

em questões da prova, a construção do feminino na sociedade e a persistência da violência contra mulher.

Fatos como esse mostram que, ainda hoje, há vestígios da arcaica concepção de poder e controle do homem sob o corpo da mulher. Esse pensamento, embora retrógrado, sobrevive. Portanto, esse assunto precisa ser discutido, uma vez que a desigualdade de gênero continua presente – em pleno século XXI –, em um país onde, inclusive, as mulheres são a maioria populacional.

Essas considerações preliminares impulsionaram o desenvolvimento desse artigo, pois, durante muito tempo a mulher ocupou um lugar de inferioridade em relação ao homem e resquícios desse passado ainda persistem. Em virtude disso, explorar um texto literário acerca de tal problemática é de suma importância. Nesse sentido, este estudo busca analisar a representação do masculino através do gênero feminino nos romances *Infância* (1945), de Graciliano Ramos, e *Viva o povo brasileiro* (1984), de João Ubaldo Ribeiro, já que, ao discutir o feminino, o masculino é evidenciado e vice-versa.

## **GÊNERO: UMA CONSTRUÇÃO SOCIAL**

A discussão presente aqui pauta-se em uma perspectiva de gênero, que não deve ser confundida com sexo. Por isso, parte-se do pressuposto que gênero não é sexo ou uma condição natural, “e sim a representação de cada indivíduo em termos de uma relação social preexistente ao próprio indivíduo e predicada sobre a oposição ‘conceitual’ e rígida (estrutural) dos dois sexos biológicos” (LAURETIS, 1994, p. 211). Discutida com um pouco mais de clareza atualmente (mas ainda não o suficiente, principalmente nas escolas), essa ideia de gênero está diretamente vinculada com a revolucionária concepção de Simone de Beauvoir (1980):

Ninguém nasce mulher: torna-se mulher. Nenhum destino biológico, psíquico, econômico define a forma que a fêmea humana assume no seio da sociedade; é o conjunto da civilização que elabora esse produto intermediário entre o macho e o castrado que qualificam o feminino (p.9).

Numa teorização da desconstrução do masculino – que se aplica à discussão aqui proposta e está diretamente relacionado ao pensamento de Simone de Beauvoir –, Sócrates Nolasco (1995) assevera que “se a anatomia não é um destino, ela é pelo menos um ponto de referência e

confluência das possibilidades de reconhecimento das múltiplas organizações subjetivas” (p.17). Pode-se dizer, então, que o biológico não define o gênero ou limita a pessoa, mas proporciona a possibilidade de reconhecimento, ou seja, uma possibilidade de escolha e não uma imposição. É possível inferir, portanto, que o gênero não é um fato simples, natural ou biológico, e sim uma construção social.

Contudo, quando se fala de gênero, muitas vezes, associa-se exclusivamente, ou em um primeiro momento, ao feminino. E, por conseguinte, ao feminismo, acarretando numa terceira generalização: a de se acreditar que o movimento feminista propõe a oposição entre o homem e a mulher ou a superioridade do feminino sob o masculino. O que não é real, como também não é o objetivo desse movimento, pois, neste caso, só haveria a inversão dos papéis da sociedade patriarcal e não faria com que a igualdade de gênero realmente acontecesse. Reduzir o feminismo a essas concepções equivocadas, como muitos erroneamente fazem – por ignorância ou por perversidade – é uma postura de quem não compreende que os movimentos sociais feministas exortam homens e mulheres à colaboração mútua e à tolerância, lutando pelo fim da dominação masculina e do patriarcado. Afinal,

A questão de gênero não se reduz a uma retórica da diferença, ela nos coloca dentro do contexto concreto, histórico e discursivo, da diferença. Obviamente que seria ingenuidade pensar que uma “crítica de gênero” fosse resolver os nossos problemas, problemas de uma “perfeita multi-étnica e multi-miserável”, mas não seria uma abstração dizer que a crítica feminista fornece elementos para se pensar as questões não examinadas das diferenças intra-nacionais e das exclusões no campo da literatura e da cultura em geral (SCHMIDT, 2002, p. 39).

Portanto, discutir gênero significa também debater sobre o masculino. Aliás, é, na verdade, problematizar o social. Isso porque, na medida em que a construção do gênero acontece em sociedade, através das relações humanas, o masculino e feminino se transformam e se influenciam mutuamente. Envolvendo, dessa maneira, muito mais do que apenas uma questão de gênero ou de oposição entre eles, mas sim discussões sociais de modo mais amplo.

## **GÊNERO, LITERATURA E SOCIEDADE**

Segundo Lúcia Osana Zolin (2005), os anos de 1980 marcam a consolidação dos estudos de crítica feminista no Brasil. Foi a partir dessa década, que as pesquisas nessa área começaram a ganhar destaque e o tema passou a ser considerado objeto legítimo de investigação. Desde então,

a crítica feminista tem gerado conhecimentos significativos sobre os processos de constituição da nossa identidade literária e cultural, a partir do resgate de textualidades silenciadas na historiografia literária e na história do pensamento brasileiro (SCHMIDT, 2002, p.36).

Como consequência de tais estudos e do novo lugar que a mulher passou a ocupar na sociedade – haja vista que não são mais as mesmas de antes, pois já reivindicam seu espaço na sociedade, buscando a ampliação dos seus direitos civis e políticos –, ela vai conquistando, também, uma posição singular na literatura. Que, enquanto fenômeno estético orientado a partir das experiências pessoais, sociais e culturais do ser humano, percebe que a mulher sentimental do século XVIII, considerada socialmente inferior, e a castrada do século XIX, vista como intelectualmente menor, não dão mais conta de representar a mulher do século XX.

Assim, a representação literária da mulher modifica-se. Ela já não é mais uma personagem sem nome, vontade ou história, ou apenas uma representação da passividade e sexualidade, uma reafirmação dos estereótipos culturais, mas um sujeito que constrói sua própria história, fazendo suas próprias escolhas. Essa nova representação literária da mulher e o crescimento dos estudos de crítica feminista contribuíram de forma significativa para a desconstrução do caráter discriminatório das ideologias de gênero, uma vez que “o estereótipo negativo, largamente difundido na literatura e no cinema, constitui-se num considerável obstáculo na luta pelos direitos da mulher” (ZOLIN, 2005, p. 182).

Contudo, essa alteração no panorama da representação literária do feminino suscita alguns questionamentos: a representação do masculino acompanha essas mudanças? O homem dos séculos XVIII e XIX, que acreditava ter controle sobre o corpo da mulher, é o mesmo do século XX? Se à mulher cabia um determinado papel social, o que competia ao homem? Até onde os limites entre o feminino e o masculino se sustentam? Como isso se apresenta na literatura? E socialmente? Considerando que literatura e sociedade se influenciam mutuamente, os fatores sociais atuam de maneira concreta na literatura, uma vez que “os valores e ideologias contribuem para o conteúdo da obra” (CANDIDO, 2006, p.40).

Do mesmo modo que o feminino, o masculino também possui seus estereótipos. Historicamente, homem e mulher ocupam papéis sociais que se opõem. Nesse sentido, se cabe a ela a função da passividade, é obrigação dele ser ativo, ele deve mandar e ela obedecer. Se a mulher era educada para ser frígida, o homem recebia uma educação em que a virilidade era uma característica

inerente à sua função social. Enquanto a mulher deveria ser carinhosa e delicada, ao homem era terminantemente proibida qualquer demonstração de fragilidade, competindo a ele a agressividade. À mulher, cabia o espaço doméstico, tendo a responsabilidade de zelar por ele; ao homem, o trabalho para sustentar a casa, sendo ele o provedor.

É possível perceber, então, uma universalização das funções e dos espaços sociais de cada gênero, ou melhor, uma delimitação a partir do sexo da pessoa, ignorando sua individualidade e especificidades. Discutindo a esse respeito, Nolasco (1995) questiona essas oposições rígidas, ao afirmar:

A representação de homem que se apoia na expressão de um desempenho viril, dominador e possessivo deixa de ser legítima quando refere-se a todo e qualquer homem. Por conseguinte, podemos indagar se o argumento feminista é representativo para toda e qualquer mulher (p.23).

A definição de gênero implica espontaneamente a sexualidade. Nesse âmbito, mais uma vez, as generalizações – e com elas os preconceitos – se estabelecem, opondo, novamente, o homem e a mulher. Isso porque, “a identidade masculina está associada ao fato de possuir, tomar, penetrar, dominar, se necessário pela força. A identidade feminina, ao fato de ser possuída, dócil, passiva, submissa” (BADINTER, 1993, p. 99). Logo, ao passo que a feminilidade foi se relacionando a uma provável subordinação, a masculinidade foi sendo sedimentada por uma concepção de homem como sinônimo de bravura, poder e dominação.

Por isso, discutir gênero não se reduz a discutir o feminino e/ou o masculino, já que significa ainda, debater acerca das problemáticas sociais de um modo mais amplo e crítico. Inclusive, conforme afirma Jane Flax (1991):

A não ser que vejamos o gênero como relação social, e não como oposição de seres inerentemente diferentes, não seremos capazes de identificar as variedades e limitações de diferentes poderes e opressões de mulheres (ou de homens) dentro de sociedades específicas (p. 246).

Visto que falar de gênero implica discorrer sobre sociedade, os estudos das relações de gênero não devem se limitar ao feminino e ao masculino ou às diferenças entre um e outro. Aliás, no que concerne a tais pressupostos, nas obras *Infância* e *Viva o povo brasileiro*, os respectivos escritores Graciliano Ramos e João Ubaldo Ribeiro não problematizam apenas as relações de gênero, contudo vão mais além, uma vez que, nessas narrativas, a questão de gênero está relacionada às desigualdades de classes.

## MOCINHA E MARIA DA FÉ: ENTRE IMPOSIÇÃO E REVOLUÇÃO

Em *Infância* (1945) e em *Viva o povo brasileiro* (1984), Graciliano Ramos e João Ubaldo Ribeiro constroem personagens femininas que, de modo geral, podem ser consideradas secundárias, havendo a possibilidade de passarem despercebidas por um leitor desatento. Dentre elas, estão, respectivamente, Mocinha e Maria da Fé, que não são protagonistas, mas no desenrolar da narrativa, vão sendo apresentadas. Uma leitura mais crítica dessas personagens permite perceber diferentes representações literárias de gênero.

Na obra *Infância*, texto formado por capítulos independentes que podem ser lidos sem uma sequência obrigatória, como se fossem contos, a personagem Mocinha é apresentada pelo narrador desde o início da obra – neste momento ainda criança –, através de sua beleza: “um vulto de menina bonita, minha irmã natural” (RAMOS, 1978, p. 14). E mais adiante: “cabeleira negra, beijos vermelhos, olhos provocadores” (ibid., p. 25).

Contudo, a personagem Mocinha, várias vezes é retratada sem nome e sem identidade, e só recebe projeção no quinto capítulo da obra, intitulado “Minha irmã natural”. A partir daí, o narrador conta com mais detalhes a posição e função que ela ocupa na família, ressaltando novamente a sua formosura, mas, agora, descreve uma moça aparentemente frágil e oprimida:

Era branca e forte, de olhos grandes, cabelos negros, tão bonita que duvidei ser do meu sangue. Parece que não queriam tomar conhecimento dela. Aferrolhavam-na em camarinha tenebrosa. Natural: sempre tivemos camarinhas úmidas, tristes, seguras, fechadas, para as mulheres. Sentava-se a um canto da mesa, rezava, comia de cabeça baixa. O constrangimento devia torturá-la, pois no quintal, na cozinha, no alpendre, ria, cantava, entendia-se com Rosenda lavadeira. Do corredor para a sala de visitas encolhia-se, reprimia expansões, anulava-se (ibid., p.159).

Nesse momento da narrativa, o leitor percebe que Mocinha se trata de uma filha bastarda. É uma pessoa que vive com a família, mas que não faz parte dela, sendo considerada um peso para o pai, vítima de “agouro” ruim, como destaca o narrador no enredo da obra, e tratada como uma estranha.

Desde o início da romance, Mocinha, nome que colabora para a imagem de uma jovem frágil e pura, parece contribuir para a construção de um estereótipo feminino, pois primeiro é atribuída a ela características físicas que fazem dela um objeto desejo. Depois, é apresentada como uma pessoa subjugada pela família, principalmente pelo pai. Por conseguinte, é descrita como uma

moça religiosa e frequentadora da igreja: “E as exigências do espírito satisfaziam-se com missas, novenas, terços de maio” (ibid., p.159). E como não podia deixar de ser, “Na verdade Mocinha era meio analfabeta” (ibid., p.159), uma jovem sem instrução e conhecimento e muito prendada que “bordava palmas e flores, engomava saias” (ibid., p.162) e é claro, dependente e controlada por uma figura masculina. Conquanto, esse estereótipo feminino não se aplica apenas à personagem Mocinha, mas quase à totalidade das mulheres do romance:

Tia Dona arranjara um casamento infeliz, enviuvava, tuberculosa, com duas filhas. Tia Josefa envelhecia longe, solteira. Tia Jovina envelhecia também, e ainda envelhece, coxa e triste, em companhia da última de minhas irmãs naturais. Meu pai distribuía migalhas a essas pobres. Continuará a sustentar Mocinha, contanto que ela procedesse direito, vivesse calma, na gaiola e na moral (ibid., p.162).

Diante dessa construção narrativa, o leitor parece estar diante de uma representação literária típica da mulher dos séculos XVIII e XIX, que é oprimida por uma sociedade falocêntrica e patriarcal e que se mostra submissa e conformada. Porém, Mocinha se rebela, não aceita mais ser controlada. E assim, quando se apaixona por um rapaz, mas tem seu casamento proibido pelo pai – por não querer arcar com as despesas do matrimônio –, ela foge de casa, surpreendendo a todos, inclusive o leitor, que percebe não se tratar de uma mulher tão passiva quanto a narrativa leva a acreditar. Pois, do seu modo, rompe com o sistema, decide não viver mais “na gaiola e na moral”.

Diferente de Mocinha em *Infância*, Maria da Fé, desde o primeiro momento em que é apresentada no romance *Viva o povo brasileiro*, já é caracterizada como uma pessoa forte. Ao nascer, ela é descrita como “uma menina tão forte, de choro tão estridente [...]” (RIBEIRO, 2007, p. 277). A inteligência também é um atributo da personagem desde criança, característica que impressionava a todos. Mas, além disso, ela também é apontada como uma garota de atitude e vontade própria: “a moleca tinha inteligência, tinha tutano, aquilo ia ser da pá virada, azougue mesmo” (ibid, p. 322). Na medida em que vai crescendo, ela se torna “uma mulher jovem, alta e fortíssima” (ibid, p. 472).

Ainda jovem, quando estava sendo criada pelo Nego Leléu – que adota a menina como neta, proporcionando a ela uma vida confortável, uma educação e uma formação em escola interna –, Maria da Fé contraria a vontade e a autoridade (masculina) do avô e desiste da educação formal para conhecer sua origem negra. E como Mocinha, foge, mas para viver com os semelhantes da sua mãe, os negros e menos favorecidos, lutando pelos direitos e interesses desses e transgredindo as regras sociais impostas.

E assim, mesmo sendo mulher e mulata, características que a marginalizavam, Maria da Fé, desde cedo, se mostra transgressora. E quando adulta, se torna uma revolucionária, lidera revoltas, desafiando o poder dominante para fazer parte, ao lado de outras mulheres e homens, da Irmandade do Povo Brasileiro, um grupo organizado para defender os interesses e direitos do povo excluído. Por estar à frente dessas lutas, Maria da Fé se torna heroína do povo, passa a ser caracteriza, então, como “uma grande mulher guerreira” (ibid, p.321). E por isso, é perseguida pela elite dominante e pelo exército.

Ademais, até quando se apaixona, Maria da Fé, mais uma vez, rompe o estereótipo da mulher, que é considerada passiva, romântica, submissa e dependente, especialmente quando se trata de uma relação amorosa. Ao envolver-se amorosamente com Patrício Macário, militar que comandava uma expedição cujo objetivo era capturá-la a mando do governo, Maria da Fé se abdica do relacionamento, acreditando que seria um amor impossível, pois a sua prioridade era lutar por seus ideais e defender o povo, acima, inclusive, da sua felicidade amorosa.

E assim, novamente, Maria da Fé mostra-se uma mulher revolucionária, capaz de rejeitar o bom matrimônio, o que para muitas mulheres, principalmente naquela época e contexto, significava o único meio de elevação social, para seguir o seu caminho, ser sujeito da sua história. Defendendo, como for preciso, aquilo em que acredita, pois “como vem escrito no seu nome, ela continua acreditando que um dia vai vencer, nem que não seja ela em pessoa, mas quem herde as ideias e a valentia dela, que ela acha que são muitas” (ibid., p. 520). Então, diferente de Mocinha, essa personagem, em toda a narrativa, é apresentada como uma mulher que não se deixa subjugar em nenhum instante.

Todavia, além das diferenças, muitas semelhanças podem ser observadas nessas duas personagens. Do mesmo modo que Mocinha, Maria da Fé é uma filha bastarda. Fruto do estupro de um barão a uma escrava, esta é rejeitada pelo pai, perde a mãe e se vê sozinha no mundo. Ambas, diante da situação de ausência da progenitora e do desprezo do pai, buscam, cada uma ao seu modo, serem sujeitos de suas vidas. Mesmo que Mocinha pareça ser, no primeiro momento ou em uma leitura superficial, uma mulher frágil e conformada, ela também se mostra revolucionária como Maria da Fé. É protagonista de uma revolução pessoal e individual, mas que não deixa de ter um impacto social, pois rompe com a história de submissão das mulheres de seu contexto. E por isso, não menos importante que a revolução de Maria da Fé.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através das representações femininas de Mocinha e Maria da Fé, diferentes em muitos aspectos, mas próximas em outros, Graciliano Ramos e João Ubaldo Ribeiro questionam o que é socialmente institucionalizado entre gêneros, criticam um sistema social e ideológico patriarcal e falocêntrico, que oprime e subjuga a mulher. Isso porque, através do feminino, esses autores constroem uma crítica ao masculino, e, apesar da diferença cronológica entre as obras *Infância* e *Viva o povo brasileiro* – 1945 e 1985, respectivamente –, a representação do masculino pouco muda, uma vez que o sistema patriarcal opressor de Mocinha é o mesmo que marginaliza e persegue Maria da Fé.

Nessa perspectiva, na primeira obra, não só o caráter do pai é posto em cheque através do tratamento dado a filha, mas também sua masculinidade. E com isso, o masculino de um modo mais amplo e crítico:

Ao levantar-se e antes de encafiar-se no quarto sombrio, que tinha apenas uma abertura, Mocinha se aproximava de meu pai, cochichava rapidamente. Ele rosnava uma bênção, afastava se carrancudo. Aquilo era um dever, dever tradicional que o lisonjeava e diminuía. Provavelmente a situação do negócio (gado a morrer, pano barato na prateleira) não lhe permitia engendrar filhos em muitas barrigas, fortalecer-se com o trabalho deles. Reprodutor mesquinho, sujeitava-se à moral comum — e naquela bênção engrolada ao amanhecer e ao cair da noite havia a confissão de que lhe faltava o direito de cobrir muitas mulheres, gerar descendência numerosa. [...] Mocinha não representava utilidade. Valor estimativo, de origem pecaminosa. E meu pai tentava convencer os outros de que ela não existia (RAMOS, 1978, p.160).

Ao apresentar um personagem que se sente diminuído por ter espalhado poucos filhos no mundo, é possível perceber uma crítica de Graciliano Ramos ao estereótipo masculino de macho alfa reprodutor. Que também é uma crítica social, pois o pai sentia-se limitado de exercer essa “obrigação” por sua condição econômica.

Diferente do pai de Mocinha, que não detinha prestígio social e bens, o pai de Maria da Fé era um barão, que além de homem e rico, era branco. Sendo branco, senhor e homem, se autoconcedia o direito de dormir com muitas mulheres, com ou sem o consentimento delas, pois vivia em uma sociedade dirigida por um sistema social e ideológico patriarcal, coronelista e militarista, do qual ele fazia parte e comandava.

Na caracterização desse personagem, a sua superioridade é associada à sua masculinidade,

exposta de modo simbólico, por meio do qual a sociedade falocêntrica hegemônica é criticada. Isso porque, quando se faz referência ao poder que o barão possui, é sempre por associação ao seu falo:

Sopeou os ovos, esboçou um meio sorriso e, fazendo uma expressão que sabia que jamais faria diante de qualquer pessoa, nem mesmo diante do espelho, começou a masturbar-se à janela, mal podendo conter a vontade de gritar e urrar, pois que se masturbava por aquilo que era infinitamente seu, os negros, as negras, as outras pessoas, o mundo, o navio a vapor, as árvores, a escuridão, os animais e o próprio chão da fazenda (RIBEIRO, 2007, p. 325).

Desse modo, nessas obras, a questão de gênero não se dá apenas em uma perspectiva, feminina ou masculina, mas em ambas, como não se limita a isso. Pois, o social é problematizado através da questão de gênero, mesmo que de modo diferente, porque se o fato do pai em *Infância* não dispor de muitos bens, limita-o enquanto homem de exercer sua obrigação de macho alfa reprodutor; a riqueza possibilita que a hegemonia masculina se solidifique em *Viva o povo brasileiro*. Sem se esquecer, ainda, que Mocinha e Maria da Fé sofrem não só por serem mulheres, porém, igualmente, por sua origem e classe social.

E assim, apesar do romance *Infância*, e mais especificamente o capítulo “Minha irmã natural”, parecer tratar de uma história familiar contada por uma criança que discute apenas o feminino, ele, na verdade, problematiza o masculino através da representação do feminino. E mais que isso, discute um sistema social de modo mais amplo e crítico, como também acontece na obra *Viva o povo brasileiro*, que ao representar a luta de classes corporificada em uma figura feminina, problematiza a sociedade falocêntrica hegemônica através da figura paterna.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BADINTER, Elisabeth. Identidade e preferência sexual. In: \_\_\_\_\_. *XY: sobre a Identidade Masculina*. Trad. Maria Ignez Duque Estrada. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993.

BEAUVOIR, Simone de. *O Segundo Sexo*. Tradução Sérgio Milliet. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1980.

CANDIDO, Antonio. *Literatura e sociedade*. 9. ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre azul, 2006.

FLAX, Jane. Pós-Modernismo e Relações de Gênero na Teoria Feminista. In: HOLLANDA, H. (org.) *Pós-Modernismo e Política*. Rio de Janeiro, Rocco, 1991, p.217-250.

LAURETIS, Teresa de. Tecnologia de gênero. In: HOLLANDA, H. B. de (Org.). *Tendências e*



*impasses: o feminismo como crítica cultura*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

NOLASCO, Sócrates. *A desconstrução do masculino: uma contribuição crítica à análise de gênero*.

In: \_\_\_\_\_(Org.). *A desconstrução do masculino*. Rio de Janeiro, Rocco, 1995, p.15-29.

RAMOS, Graciliano. *Infância*. Rio de Janeiro: Record. 1978.

RIBEIRO, João Ubaldo. *Viva o povo brasileiro*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2007.

SCHMIDT, Rita Terezinha. *Escrevendo gênero, reescrevendo a nação: da teoria, da resistência, da brasilidade*. In: DUARTE, Constância Lima; DUARTE, Eduardo de Assis; BEZERRA, Kátia da Costa (Orgs.). *Gênero e representação: teoria, história e crítica*. Belo Horizonte. Pós-Graduação em Letras: Estudos Literários, UFMG, 2002, p. 33-44.

ZOLIN, Lucia Osana. *Crítica Feminista*. In: BONICCI, Thomas & ZOLIN, Lucia Osana. *Teoria literária: abordagens histórias e tendências contemporâneas*. 2. ed. Maringá: EDUEM, 2005.